

Psicologia e Intervenção Comunitária: Quadro Atual e Desafios Psicología e Intervención Comunitaria: Cuadro Actual y Desafíos

Maria Fatima Quintal de Freitas
Universidade Federal do Espírito Santo

Apresentam-se informações para recuperar a história de construção das práticas psicológicas em comunidade, nas três últimas décadas, de modo que sua identificação tem recebido as denominações "Psicologia da Comunidade", "Psicologia na Comunidade", "Psicologia Comunitária", "Práticas Psicológicas em Comunidade", "Trabalhos Comunitários". Estabelecem-se comparações quanto aos modelos/visões teórico-filosóficas que orientam a prática, e utilização de instrumentais. Discutem-se as possibilidades de modificação dessas práticas, identificando-se suas propostas teóricas. Analisam-se as relações com a profissão, enfocando os diferentes tipos de comunidade, objetivando uma reflexão sobre compromisso e papel sócio-político desses profissionais. O aspecto da institucionalização do trabalho dos psicólogos comunitários é discutido, pretendendo-se uma análise sobre o seu processo de formação teórico-metodológica.

Se plantean datos para recuperar la historia de la construcción de prácticas psicológicas en comunidad en las tres últimas décadas, las que han recibido denominaciones como "Psicología de la Comunidad", "Psicología en la Comunidad", "Psicología Comunitaria", "Prácticas Psicológicas en la Comunidad", "Trabajos comunitarios". Se establecen comparaciones respecto a los modelos/visiones teórico-filosóficas que están orientando la práctica y el empleo de los instrumentales. Se discuten las posibilidades de cambio de estas prácticas, identificándose sus propuestas teóricas. Se analizan las relaciones con la profesión considerando los diferentes tipos de comunidad, con el objetivo de reflexionar respecto al compromiso y rol socio-político de los profesionales. Se discute el aspecto de la institucionalización del trabajo de los psicólogos comunitarios, realizando un análisis respecto a su proceso de formación teórico-metodológica.

Nos últimos anos no Brasil, têm sido frequentes os debates, reflexões e produções a respeito das precárias e desumanas condições de vida da população brasileira. Em quase toda a América Latina, nas décadas de 70' e 80', vários foram os projetos e trabalhos desenvolvidos por cientistas sociais e políticos, por assistentes sociais e psicólogos, e por profissionais da área da saúde e do planejamento urbano e regional, que procuraram desde lidar com problemáticas de caráter macro-estrutural até aquelas relativas à formação de lideranças naturais, ao desenvolvimento de redes de relacionamento mais solidárias e, ao fortalecimento de valores e de um código ético dirigidos à construção de vidas mais dignas e humanas e, mais recentemente, às condições para a construção e fortalecimento de uma vida ética e cidadã (Barreiro, 1985; Jacobi, 1989, 1990, 1993; Pelissari, 1996; Sader, 1987; entre outros).

Dentro desta perspectiva, os trabalhos não apenas de intervenção e de desenvolvimento das práticas

comunitárias (Diercks, Takeda, & Curra, 1991; Sawaia, 1990), mas também aqueles que visam a aquisição de conhecimentos e informações sobre a realidade concreta, têm se apresentado como fundamentais, uma vez que esta aquisição tem contribuído para a realização de diversas intervenções voltadas para as problemáticas concretas vividas pela população (Bomfim, 1991; Gohn, 1990; Lane & Sawaia, 1991; Martín-Baró, 1987; Montero, 1991; Passetti, 1994).

Entretanto, ao se discorrer sobre as possibilidades da relação entre Psicologia e Comunidade, acredita-se ser fundamental que as práticas da Psicologia em Comunidade *não sejam* caracterizadas ou identificadas, tão somente, a partir do *local* em que são desenvolvidas, e nem em função do tipo de *problemática* ou *temática* abordada. Os elementos considerados decisivos para tal caracterização situam-se, em nossa visão, nos referenciais teóricos, metodológicos e epistemológicos que orientam os trabalhos (Freitas, 1994a; Montero, 1994a).

Recuperando a história de construção da Psicologia Comunitária -desde a institucionalização da profissão de psicólogo, no Brasil, em agosto de 1962- pôde-se encontrar diferentes relações epistemológicas e fundamentações filosóficas, implicando em visões de homem e de mundo também diversas, presentes nos trabalhos comunitários realizados no Brasil pelos psicólogos.

Maria Fatima Quintal de Freitas, Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.

La correspondencia relativa a este artículo debe ser enviada a Maria Fatima Quintal de Freitas, Universidade Federal do Espírito Santo, R. Natalina Daher Carneiro, 740, apt. 101-A - J. Penha, Vitória, ES, CEP.: 29.060-490, Brasil, e-mail: fquintal@zaz.com.br

Nas décadas de 60' e 70', os trabalhos caracterizaram-se pelo que se denominou de *Psicologia na Comunidade*, tendo o compromisso de colocar a profissão a serviço da maioria da população, colaborando para sua organização política e criando novas frentes de trabalho junto aos setores mais desfavorecidos (Freitas, 1996a). Eram trabalhos, normalmente, voluntários, não remunerados e, muitas vezes, desenvolvidos na clandestinidade, recebendo um status científico inferior. Apoiavam-se em referenciais da Sociologia, Antropologia, História, Educação Popular e Psicanálise.

Os trabalhos denominados de *Psicologia Comunitária* no Brasil, e *Psicologia Social Comunitária* na América Latina, acontecendo também a partir dos anos 70', explicitavam a prática de uma psicologia social crítica e comprometida com a realidade nacional, denunciando os mecanismos naturalizantes e ahistóricos das teorias psicológicas individualistas e importadas, empregando discussões e reuniões com os grupos, e descrições e análises das condições de vida da população (Freitas, 1996a, 1996b).

A partir de meados dos anos 80', quando se institucionaliza no Brasil um espaço de trabalho para a psicologia, nos centros e unidades de saúde, a denominação *Psicologia da Comunidade* passa a ser adotada referindo-se à prática dos profissionais que trabalhavam nos postos de saúde, nas secretarias de bem estar social, nos órgãos ligados à família e criança, e nas instituições asilares e penais, cuja principal preocupação era democratizar o fornecimento dos serviços psicológicos à população (Freitas, 1996a).

Características da Prática da Psicologia Comunitária

Com a preocupação de obter alguns subsídios para uma reflexão sobre a prática da psicologia em comunidade, alguns aspectos mostraram-se, na sua história de construção, como importantes: quem eram esses profissionais, que tipo de trabalho faziam nas comunidades, com que problemas lidavam ou enfrentam em seus cotidianos de trabalho, em que espaços atuavam, e quem decidia os encaminhamentos do trabalho a ser realizado.

Os profissionais que atuavam em comunidade caracterizavam-se por diferentes formações: provinham, entre as tendências dominantes, da Psicanálise, Gestalt, Psicologia Social americana ou crítico-histórica e Behaviorismo (Freitas, 1996a, 1994a). As suas atividades profissionais eram, geralmente,

desenvolvidas dentro da universidade, realizando projetos de pesquisa e/ou extensão e/ou estágio, passando alguns a focar em seus estudos as chamadas problemáticas de âmbito social. Outros trabalhavam também como professores, porém em escolas particulares, ministrando um grande número de aulas em mais de uma instituição e tendo baixo ou nenhum incentivo para o desenvolvimento de pesquisas. Entre estes, alguns atuavam, também, em seus consultórios particulares. Apesar destas diferenças nas suas condições de trabalho, todos, de alguma maneira, haviam se sensibilizado com os problemas da população em geral, acreditando que deveriam fazer algo para "aproximar" a psicologia a esses setores desprivilegiados e sempre excluídos dos serviços psicológicos. Nesta dinâmica, foi possível identificar a existência de pelo menos três preocupações fundamentais nestes profissionais, ou em outras palavras, compromissos para com o desenvolvimento do trabalho.

Uma, decorrente da crença de que deveriam atuar na comunidade, seja para contribuir com algum aspecto na vida das pessoas, seja para aproximar sua profissão à população, tornando-a conhecida e acessível. Outra, de que deveriam conhecer e compreender os determinantes das condições em que viviam a população, assim como os efeitos no seu universo psicológico. E, por último, uma preocupação de que deveriam realizar algum tipo de intervenção na comunidade, ao mesmo tempo em que produzissem conhecimentos sobre essa realidade, acreditando poder contribuir para alterar aquelas condições adversas e desfavoráveis em que viviam as pessoas.

Assim, quando se inseriam na comunidade, em consonância a essas preocupações, os psicólogos acabavam empregando determinados *instrumentais* para efetivar os seus trabalhos. Encontraram-se práticas que utilizavam desde alguma forma de terapia, com o emprego de testes e técnicas projetivas, passando pela adoção de técnicas e dinâmicas de grupo, como grupos operativos, até o emprego de técnicas ligadas ao desenvolvimento sócio-cognitivo e à psicomotricidade. Outros desenvolviam seus trabalhos através de observações e levantamentos a respeito das populações e de suas condições, empregando registros de comportamento, questionários, entrevistas, escalas e/ou inventários de necessidades e interesses. Havia, ainda, aqueles que promoviam cursos, palestras e faziam visitas domiciliares, e outros que participavam de reuniões, encontros e assembléias com os diversos grupos da comunidade. E, finalmente, encontraram-se

profissionais que não utilizavam nenhum instrumental específico da psicologia, construindo e/ou adaptando estratégias de intervenção em função das necessidades apresentadas no cotidiano do trabalho (Freitas, 1996b, 1994b).

As *problemáticas* com as quais se deparavam, quando da inserção na comunidade e desenvolvimento dos trabalhos, também eram diversas.

Os trabalhos que os psicólogos vinham desenvolvendo em comunidade dirigiam-se a problemas e/ou temas relativos a: relacionamento familiar e interpessoal; formação e constituição de grupos, seja numa perspectiva macro ou microsocial; problemas da esfera emocional, afetiva e sexual; aprendizagem e desenvolvimento sócio-cognitivo; isolamento social, individualismo e descrença em si mesmo e no outro; alcoolismo e drogas; criminalidade, diferentes formas de violência e prostituição; educação, saúde, condições de saneamento e acesso aos serviços públicos; e condições de moradia, de trabalho e transporte, entre os principais.

Esta grande diversidade de práticas, enfoques e metodologias, remete-nos, também, à indagação sobre o *tipo de compreensão* que esses profissionais constróem a respeito das problemáticas vividas pelos setores populares.

Os diferentes trabalhos distribuía-se entre considerar os problemas e dificuldades vividos pelas pessoas no seu cotidiano como sendo, principalmente, derivados de aspectos e esferas da vida interna, psicológica e subjetiva, até considerá-los como determinados por fatores fundamentalmente econômico-políticos. Em coerência a isto, identificaram-se instrumentais que eram específicos da Psicologia, normalmente dentro de uma perspectiva individual e clínica; até práticas que não adotavam nenhum instrumental específico, caracterizando-se muito mais por ser uma atividade de militância política, buscando uma consciência crítica nas pessoas (Freitas, 1994a, 1996a, 1996b; Montero, 1994a, 1995).

Entre esses dois pólos, ao longo desses anos de construção da prática da Psicologia em Comunidade, foram existindo alguns trabalhos em que os profissionais envolvidos tentavam, preservar uma certa especificidade à profissão, seja adotando instrumentais da área e/ou construindo-os, seja identificando temáticas afeitas ao campo psicológico. Mesmo aqui, havia aqueles que ainda acreditavam que os problemas vividos pelas pessoas devia-se a

algum traço ou característica interna e particular, e outros que acreditavam que as condições concretas de vida é que estavam determinando tais problemas, embora tivessem incidências particulares e diferentes na vida cotidiana das pessoas, em seus aspectos objetivos e subjetivos.

Novos Acontecimentos e Novo Cenário: Pós Anos 80'

Poder-se-ia dizer, ao olhar os assuntos e problemas sobre os quais os profissionais e pesquisadores de nossa área se debruçaram ao longo destas últimas décadas, que os temas -para a investigação e/ou intervenção- deslocaram-se, em certa medida, de uma perspectiva mais ampla e abrangente, para lidar com temáticas relativas a situações e contextos mais particulares e pontuais.

Nos anos 80', passamos a viver uma década significativa para o desenvolvimento dos trabalhos em comunidade, especialmente em nosso continente. Vários acontecimentos seja no plano nacional político, seja no interior das academias, seja nas possibilidades de debate sobre esses trabalhos marcam um período em que as práticas da Psicologia em Comunidade não permanecem mais no plano da marginalidade e da clandestinidade. Tais temas, assuntos e problemas emergentes do contexto social concreto, passam a entrar nas universidades e instituições de formação e se tornam objeto de várias pesquisas, com diferentes vertentes teórico-metodológicas. A terminologia "comunidade" passa a adjetivar parte significativa das práticas, dos trabalhos de pesquisa e de discussão.

Nos anos 90', em geral, os trabalhos desenvolvidos junto às diferentes comunidades referem-se a uma atuação gerada, muito mais, por uma demanda institucional, associada às questões da saúde e da saúde coletiva. O profissional de psicologia passa a ocupar diferentes espaços de atuação: unidades de saúde, hospitais dia, varas da infância e família, conselhos tutelares, instituições asilares, sindicatos e entidades de classe. Parece, então, estar sendo construída a expectativa de que o psicólogo deve trabalhar junto aos movimentos ligados à saúde e às suas diferentes facetas.

Desta maneira, nesta década, parece que é exigido da psicologia voltar-se para situações e práticas concretas do contexto social, produzindo ações e intervenções que tenham qualidade e competência, para responder às demandas e questionamentos dos diversos setores da sociedade.

Fazendo um Balanço: Quadro Atual

Ao se recuperar a história de construção da Psicologia (Social) Comunitária, em nosso país especificamente, várias são as dinâmicas de aproximação e de um certo reconhecimento que foram aconteceram. Aproximação no sentido dos seus profissionais ocuparem espaços de debates apresentando seus trabalhos e reunindo esforços investigativos e de produção de conhecimento. Reconhecimento no sentido dos cenários desse debate passarem a considerar e até incorporar as possíveis contribuições da área, premidos particularmente pelo aumento das demandas sociais para trabalhos de ação e intervenção na realidade concreta.

Desta maneira, alguns aspectos nos parecem importantes de serem destacados, na perspectiva de se tentar configurar um quadro atual desta área :

1. Passou a ser comum a expressão “Psicologia comunitária” ou “psicólogo comunitário”, deixando entrever que cada vez mais aumenta o número de profissionais que se denomina e/ou se sente psicólogo comunitário. Se nas décadas anteriores esta adjetivação era rechaçada e considerada não científica, agora ela adquire até um certo status de reconhecimento e atualização: (a) este fenômeno, em parte, é interessante, pelo menos para revelar que não é mais possível ficar longe e à margem das problemáticas que estão invadindo o cotidiano das pessoas. Amplia-se, assim, uma preocupação com o contexto social concreto, de tal modo que não é mais possível à Psicologia manter-se distante dessa realidade; (b) por sua vez, para os chamados setores populares e contextos comunitários começa a se vislumbrar um leque maior de possibilidades de trabalhos, serviços e recursos; (c) os vários trabalhos desenvolvidos - em suas diferentes características, objetivos e compromissos- estão apontando para distintas psicologias comunitárias, que vêm sendo compreendidas como: fazer algum levantamento e caracterização das populações desprivilegiadas a fim de serem conhecidas e estudadas; prestar algum de serviço e/ou assessoria junto aos movimentos populares; fornecer serviços psicológicos aos “desvalidos” e excluídos dessas possibilidades de assistência; adquirir conhecimentos e implementar experiências relacionadas à área da saúde; (d) embora a grande maioria desses trabalhos traga como preocupação a postura de aproximar e fornecer os serviços psicológicos à população desprivilegiada, verifica-se ainda a prevalência dos mesmos modelos

tradicionais que a profissão tem empregado; (e) em parte isto poderia ser explicado pela rapidez de exigências e demandas que são feitas à prática do psicólogo nos contextos comunitários. Depara-se com problemáticas reais e concretas, diante de poucos ou novos recursos lança mão do que possui da sua formação y, (f) permanecem, assim, as explicações psicologizantes para os problemas vividos pelas pessoas no seu cotidiano, procurando-se, quando muito, adaptar as “velhas” teorias aos novos contextos.

2. Decorrente do item anterior, o grande número de trabalhos voltados e enfocando as problemáticas vividas pelas comunidades não necessariamente significa que cresceram, também, as intervenções psicossociais, dentro de uma perspectiva da Psicologia (Social) Comunitária, realizadas junto a essas populações. Mesmo existindo, hoje, mais profissionais trabalhando junto aos setores populares, e mesmo que os trabalhos tenham se dirigido mais para problemáticas e fenômenos pontuais, isto não implica em uma nova e diferente prática psicossocial em comunidade.
3. A grande diversidade das práticas em comunidade tem apontado para a necessidade de serem estabelecidas algumas diferenciações. O sentido e significado dos termos Psicologia Comunitária, ou Psicologia na/da Comunidade, e mesmo comunidade, têm sido diversos e, às vezes díspares, deixando de ser considerada a história de construção dessa área.
4. Temos nos deparado, nos diversos trabalhos realizados em comunidade, com paradigmas tradicionais e com a emergência de novos paradigmas para a prática. Esses paradigmas apresentam diferenças que decorrem de posições filosóficas e epistemológicas diferentes, diante do mundo.

“La inconformidad con este paradigma (dominante), como hemos dicho, se venía haciendo desde la década del 70'. Y no nos referimos a las respuestas teóricas o metodológicas, que asumiendo la crítica de teorías existentes o de métodos en boga, proponen otros nuevos que, no obstante, continúan ajustándose al paradigma. Aludimos a los voces críticas dirigidas contra los postulados mismos del paradigma, contra una forma de ver la ciencia, de hacer ciencia y de interpretar a los seres humanos en relación com su ambiente. El surgimiento de la Psicología Comunitaria latinoamericana es un buen ejemplo. Esta rama de la Psicología se inicia en los años 70' en varios países latinoamericanos, coincidiendo paralelamente

en estructurarse sobre unas bases epistemológicas muy diferentes a las existentes, y que surgen a partir de cambios paradigmáticos provenientes de la Sociología y de la Educación Popular" (Montero, 1994a, p. 14).

5. Consequentemente, o lugar e papel atribuído e construído à/com a comunidade têm sido diversos, apontando para possibilidades diferentes de realização de trabalhos e de levantamento de alternativas concretas de ação.

Desenvolvimento dos Trabalhos em Comunidade: Desafios

Estamos presenciando, atualmente, no campo das ciências humanas e sociais, a realização e divulgação de um grande número de investigações com proposições teóricas e práticas relacionadas às grandes temáticas sociais. Poder-se-ia falar no incremento do interesse pelas questões sociais, implicando em variados debates com diferentes perspectivas e comprometimentos.

Desta maneira, a sociedade em geral, os setores populares, os diferentes estratos e segmentos da sociedade civil, expressado pelos diversos grupos de jovens, de terceira idade, de menores, de crianças, sindicatos, associações e Ong's, entre outros, passou a ser foco de estudo e análise dos cientistas sociais. Mais do que isto os projetos governamentais têm trazido, em seu bojo, uma clara preocupação com os setores populares, quanto às suas formas de organização e participação (Garcia, 1994).

Ao mesmo tempo, diferentemente das décadas anteriores, presencia-se uma certa desmobilização de tais setores, ou uma espécie de diluição das suas formas de organização e participação. Os fatores responsáveis pela organização e mobilização populares, neste últimos anos, em nosso país, ampliaram-se e, paradoxalmente, ao mesmo tempo, diluíram-se, produzindo pelo menos dois sub-produtos. De um lado, uma notória divulgação dos diferentes problemas, necessidades e expectativas, expressando e tornando conhecida a diversidade da dinâmica e vida sociais, assim como sua complexidades e adversidades. De outro, dividiram-se os esforços de mobilização, pulverizando-se as forças de organização e, em parte, fortalecendo saídas e posturas individuais para problemas coletivos.

O que se passa em termos de cotidiano desta população? Melhoraram suas condições básicas de existência, e têm hoje suas necessidades contempladas? Infelizmente, esses aspectos não são con-

firmados pelos dados e recenseamentos realizados (Cadernos do 3. Mundo, 1995; Sawaia, 1990). O desemprego continua num ritmo ascendente, as pessoas continuam vivendo em quadros de miséria e doença, estão sendo distanciados do processo de escolarização, além da existência dos chamados problemas urbanos, como violência, prostituição e violação aos direitos humanos (Cadernos do 3o. Mundo, 1995).

Assim, neste último decênio temos observado uma modificação no papel e na ação dos chamados agentes e atores sociais (Inglehar, 1992; Sader, 1987). Quando, há quase 20 anos parecia ser rápida e efetiva a forma de mobilização e organização da população em torno de reivindicações básicas; hoje, nos deparamos com um certo marasmo e, talvez, descaso ou não sensibilidade para essas formas de ação.

Como as lideranças, os setores organizados de diversos movimentos sociais e os membros das comunidades percebem e avaliam esta realidade, assim como identificam possibilidades de ação para o processo organizativo e para sua vida cotidiana, parece-nos ser questões de relevância neste contexto de diminuição e pulverização da participação política das pessoas em torno das suas necessidades básicas.

Deparamo-nos, então, com a indagação sobre o que acontece com as pessoas no seu cotidiano para que, hoje, adaptem-se e se acomodem a esse estado de coisas.

Neste sentido, as preocupações de uma Psicologia Social, crítica e histórica, de uma Psicologia Política comprometida com a história do povo, e da Psicologia (Social) Comunitária, podem tentar contribuir para conhecer, e ao conhecer tentar intervir, naqueles aspectos e processos psicossociais que estão existindo e interferindo para que as pessoas tenham posturas fatalistas e conformistas diante das injustiças e das dificuldades vividas, assim como para que desenvolvam crenças e sentimentos de impotência com relação às possibilidades e formas de transformação na sua vida, particular e coletiva (Freitas, 1996a, 1996b; Martín-Baró, 1987, 1989; Montero, 1991).

É neste cenário que a psicologia, e em especial a Psicologia (Social) Comunitária, passam a ocupar um outro lugar de maior reconhecimento e de credibilidade quanto às suas potencialidades de ação investigativa e prática.

Assim, se de um lado o aumento no desenvolvimento de projetos de pesquisa sobre questões sociais concretas pode revelar uma saudável aproximação desta profissão à realidade contemporânea; de outro, delinea

indagações e desafios que, em nosso entender, merecem ser debatidos e enfrentados.

1. A preocupação com a produção do conhecimento nesta área, tem se dirigido, em especial nesta década, aos aspectos da qualidade, competência e adequação, voltada para a realidade à qual se refere. Esta adequação -incentivada pelas exigências externas à universidade e profissão em termos de eficiência- pode se centrar tão somente nos resultados e benefícios a serem produzidos, a partir da ótica de quem elabora, planeja e desenvolve tais projetos. Desta maneira, se de um lado pode haver uma abrangência de “atendimento” derivada dos conhecimentos adquiridos em tais projetos, uma vez que mais problemas, situações, grupos e contextos passam a ser investigados, isto, não necessariamente, implica que tal adequação esteja atendendo às necessidades e demandas de tais setores, a partir de sua própria realidade e perspectiva.
Decorrente disto, parece que um dos desafios está em responder à pergunta: Adequação na perspectiva de quem e com que finalidade?
2. Em consequência, passam a ser estudados uma gama diversificada de sujeitos, problemas e contextos. De um lado, isto somente explicita a própria diversidade do homem socialmente compreendido. De outro, o que presenciamos é que passa a haver um certo esfacelamento e dicotomização das problemáticas investigadas, acompanhados de uma sofisticação de técnicas e instrumentais para a captação dos fenômenos.
Com isso, parece que a discussão sobre o que caracteriza o chamado “fenômeno psicológico” nos contextos comunitários fica em segundo plano.
3. Os termos comunidade e comunitário revelam-se, então, com bases pouco comuns e consensuais, além de terem um poder de contemplar praticamente todo o cenário social. Isto, por si só, não parece ser problemático. No entanto, a questão é que, de um lado, qualquer tipo de temática e investigação pode ser perfeitamente inserida nessas denominações; e, de outro, muitas têm sido as evasivas no enfrentamento destes conceitos com os seus possíveis desdobramentos de classificação ou delineamento para os trabalhos a serem realizados.
4. Decorrente do item anterior, revela-se que a delimitação do que possa ser comunitário tem sido frequentemente estabelecida pelos investigadores e profissionais, a partir do estabelecimento das diretrizes dos seus trabalhos. Poucos têm sido os trabalhos em que a própria dinâmica do contexto,

das relações e dos grupos envolvidos é que delimitam as fronteiras do comunitário, contemplando exatamente os atores/personagens a quem se destina tal trabalho de investigação e/ou intervenção.

5. A institucionalização do trabalho do psicólogo tem se configurado como uma alternativa -especialmente a partir de meados dos anos 80, tendo um reconhecimento maior nos anos 90- para o desenvolvimento dos trabalhos em/com comunidade. Os trabalhos em comunidade, desenvolvidos pelos psicólogos, foram perdendo seu caráter de clandestinidade e voluntarismo. Surgiu, assim, uma certa aceitação e reconhecimento das práticas psicológicas junto a diversos setores da população, seja através dos trabalhos em unidades e postos de saúde, em varas da infância e família, em conselhos tutelares, em sindicatos e associações profissionais, em entidades e grupos comunitários, em Ong's, entre outros.
Entretanto, em muitos casos tem se verificado a continuidade dos mesmos modelos e paradigmas derivados das áreas tradicionais da Psicologia quando do desenvolvimento dos trabalhos nestes novos espaços. Revela-se, assim, que a renovação do que poderíamos chamar de novas configurações para as práticas psicológicas em comunidade, a partir da universidade, pouco tem acontecido.
Se, de um lado, pode-se dizer que aumentaram as preocupações para com os problemas e questões sociais, de tal modo que mais e mais pesquisas têm sido feitas, de outro parece haver um certo hiato entre a publicização destes achados e sua incorporação nos cursos de formação, com vistas à preparação de novos quadros profissionais para essas novas configurações e cenários de trabalho, em novos espaços de atuação.
6. Também, decorrente do item anterior, pode-se pensar a respeito do grau e profundidade de concessões que este espaço institucionalizado pode imprimir para a realização de trabalhos comunitários pelos psicólogos. Em outras palavras, a sua ligação dá-se diretamente através e com a instituição. Esta, por sua vez, tem implicações junto aos setores da população que se distribuem desde uma preocupação adaptativa e harmônica até a de criar condições para que a própria população transforme suas condições de vida. Neste sentido, a natureza da instituição e o tipo de compromisso que tem com os setores da população também servem de balizamentos para o leque de possibilidades de atuação do profissional-investigador.

Desta forma, acredita-se que não basta dizer que uma das alternativas viáveis para o desenvolvimento dos trabalhos em Psicologia Comunitária seja a via institucional. Ou seja, não é o trabalho via instituição que, por si só, garante que seja um trabalho da Psicologia Comunitária. Esta possibilidade também necessita ser compreendida no bojo das relações que estão implicadas.

7. Como a inserção em espaços outros aconteceu, primeiramente, nas unidades e postos de saúde, presenciamos significativos movimentos em prol do trabalho do psicólogo junto aos setores desfavorecidos da população, como sendo um trabalho de saúde, e especialmente de saúde mental. Há sim especificidades em que a prática parece dever se dar dentro de uma perspectiva da saúde e, muitas vezes, da saúde mental. Entretanto, se a perspectiva é trabalhar em/com comunidades, dentro de uma proposta “inovadora” em que outras formas de conceber o psicólogo estejam sendo construídas, permitindo e contribuindo para uma participação comunitária, este profissional-investigador deveria ser “outro”, com características e posturas diferentes. Trabalhar com a saúde, parece então ser uma questão importante, entretanto não a única essencial na constituição e conformação da rede de relações comunitárias presentes no cotidiano das pessoas e grupos. Além disso, o trabalho reveste-se de uma característica de sair da perspectiva individual e trabalhar, necessariamente, com contextos e processos grupais.
8. Tem se verificado no leque variado de trabalhos, investigações e intervenções que, além da diversidade de temáticas e instrumentais utilizados, há uma diferenciação que poderia ser estabelecida entre eles, tomando-se por base que proposições apresentam. Assim, poder-se-ia dizer que alguns trabalhos têm como propósito precípua a identificação de novos achados e produção de conhecimentos sobre aqueles problemas investigados nos contextos e dinâmicas comunitárias. Poderiam ser chamados de trabalhos com propósitos de “estudos sobre contextos e dinâmicas comunitárias”. Outros trabalhos, nesta área, teriam além da preocupação com a produção de conhecimento, uma implicação com o desenvolvimento de intervenções na comunidade. Poderiam, aqui, ser denominados de “práticas psicológicas (diversas) desenvolvidas em contextos comunitários”.
9. E, se coloca a questão de se estas práticas/

investigações que vêm sendo denominadas de psicologia comunitária, de fato o são. Ou se tratar-se-ia de novos locais e configurações para a atuação do psicólogo, porém com velhos olhares, como os dos modelos tradicionais da psicologia. Este parece ser um grande debate ao qual não podemos nos furtar, se pretendemos discutir e sistematizar conhecimentos nesta área que vem sendo gestada.

Algumas Conclusões sobre as Perspectivas da Psicologia (social) Comunitária

Para aqueles que vêm trabalhando nesta área, em especial na realidade latinoamericana, é conhecida a grande dificuldade de estabelecer contatos e obter informações sobre os trabalhos, projetos e experiências que têm sido realizados. Há um desenvolvimento desigual dos trabalhos em cada estado, região e país, assim como um reconhecimento e aceitação desiguais por parte das academias a que pertencem. Todos mostram a necessidade de que tais projetos de intervenção psicossocial em comunidade, orientados por uma filosofia comprometida com a conscientização e transformação, sejam desenvolvidos em equipe inter, multi e transdisciplinar.

Uma delas é o fato de que sistematizações teóricas e metodológicas nesta área mostram-se urgentes e necessárias. Estas sistematizações, felizmente, já se iniciaram, e deveriam fortalecer o debate, confronto e explicitação das semelhanças e diferenças teórico-metodológicas na área, orientadas por uma preocupação em construir um conhecimento gerado pela/na realidade do povo latinoamericano (Campos, 1996; Montero, 1994a, 1994b, 1994c; Wiesenfeld & Sánchez, 1995). Depreende-se, daqui, a necessidade de serem encontrados canais para essa produção e sistematização de conhecimento na área, assim como sua divulgação.

Os pesquisadores/trabalhadores têm se deparado com desafios e incertezas sobre os aportes que podem balizar seus trabalhos e delimitar suas formas de atuação. Configura-se o desafio de responder à pergunta: O que é psicológico nos trabalhos comunitários? Seria possível o desenvolvimento de “novas” práticas psicológicas em comunidade orientadas pela manutenção e/ou continuidade de “velhos” olhares e formas de conceber o psicológico e o comunitário?

Outra perspectiva deriva da prática concreta dos trabalhos em Psicologia Social Comunitária que têm

mostrado não haver dicotomias entre os métodos qualitativos e os métodos quantitativos. Ao contrário, o próprio desenvolvimento dessas intervenções têm mostrado a necessária ligação entre eles, assim como têm colocado para os pesquisadores/trabalhadores desafios para criarem, em coerência à dinâmica comunitária, novos métodos de intervenção e análise. Neste sentido, algumas contribuições de ordem metodológica têm acontecido neste campo, embora sua difusão não seja ainda ampla (Sarriera, Chies, Falck, Giacomoli, & Silva, 1994; Sarriera, Schwarcz, & Câmara, 1996).

Em decorrência, tais trabalhos de intervenção têm concretamente mostrado que os avanços no conhecimento se fazem com a relação dialética entre teoria e prática.

Outra possibilidade que se delineia é o desafio de respondermos: que temáticas devemos investigar e intervir, em nossos países e realidades, se queremos construir um conhecimento próprio e autônomo, na área da psicologia comunitária, que tenha visibilidade e status científico diante das produções dominantes? Isto nos coloca outras questões relativas a qual seria a “matéria-prima” sobre a qual nos debruçaríamos, nos contextos e dinâmicas comunitárias, quando do desenvolvimento de nossos trabalhos? (Montero, 1994b, 1994c).

E, finalmente, uma preocupação diante do grande incentivo que a maioria dos governos neo-liberais têm dado aos chamados aspectos ou temáticas “comunitárias e sociais”. Isto chama a atenção para o grande interesse, que projetos de investigação e intervenção em psicologia social comunitária, podem passar a ter (García, 1994). Derivam-se disto várias implicações: os riscos de cooptação destes trabalhos pela ideologia oficial; a necessidade de serem demarcadas claramente o que caracteriza uma prática em Psicologia Social Comunitária; as possíveis alterações na aceitação e reconhecimento desta prática dentro da academia; a grande adesão a esta prática de maneira indiscriminada e “neutra”, desconfigurando as suas bases filosóficas e epistemológicas.

Referências

- Barreiro, J. (1985). *Educación popular y proceso de concientización*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores.
- Bomfim, E. M. (1991). Psicologia Comunitária no Brasil: Reflexões históricas, teóricas e práticas. *Anais do III Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico, ANPEPP* (pp. 411-413). São Paulo: Águas de São Pedro.
- Cadernos do 3o. Mundo, 188, (1995). Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo.
- Campos, R. H. F. (1996). *Psicologia Social Comunitária*. Petrópolis: Vozes.
- Diercks, M. S., Takeda, S. P., & Curra, L. C. (1991). O Beco da Paz: Experiência em Trabalho Comunitário. *Serviço Social & Sociedade, XII*, 28-35.
- Freitas, M. F. Q. (1994a). Prácticas en comunidad y Psicología Comunitária. Em M. Montero (Coord.), *Psicología Social Comunitaria. Teoría, método y experiencia* (pp. 139-166). México: Univ. Guadalajara.
- Freitas, M. F. Q. (1994b). *Psicologia Comunitária. Professores de Psicologia falam sobre os modelos que orientam a sua prática*. Tese de Doutorado, PUC, São Paulo.
- Freitas, M. F. Q. (1996a). Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (Social) Comunitária: Práticas da Psicologia em Comunidade nas décadas de 60' a 90', no Brasil. Em R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária. Da solidariedade à autonomia* (pp. 54-80). Petrópolis: Vozes.
- Freitas, M. F. Q. (1996b). Contribuições da Psicologia Social e Psicologia Política ao desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária. *Psicologia & Sociedade/Abraps*, 8, 63-82.
- García, P. B. (1994). *O pêndulo das ideologias: A educação popular e o desafio da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Infante, R. (1994). Mercado de trabalho e pobreza urbana no processo de ajuste. Em *São Paulo em Perspectiva*, 8, 184-196.
- Inglehar, R. (1992). Valores, ideología y movilización cognitiva en los nuevos movimientos sociales. Em R. J. Dalton & M. Kuechler (Comp.), *Los nuevos movimientos sociales* (pp. 71-100). Edicions Alfons el Magànim: València.
- Gohn, M. G. M. (1990). Comunidade: A volta do mito e seus significados. *Serviço Social & Sociedade, XI*, 115-125.
- Jacobi, P. R. (1989). *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez Editora.
- Jacobi, P. R. (1990). Habitat e saúde na periferia. *São Paulo em Perspectiva*, 4, 121-130.
- Jacobi, P. R. (1993). Política educacional e participação. *São Paulo em Perspectiva*, 7, 106-117.
- Lane, S. T. M., & Sawaia, B. B. (1991). Community Social Psychology in Brazil. *Applied Psychology: An International Review*, 40, 119-142.
- Martín-Baró, I. (1987). El latino indolente. Carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. Em M. Montero (Comp.), *Psicología Política Latinoamericana* (pp. 135-162). Caracas: Editorial Panapo.
- Martín-Baró, I. (1989). El papel del psicólogo en el contexto centroamericano. *Boletín AVEPSO, XII*, 6-17.
- Montero, M. (1991). La justicia del mundo, el autoritarismo y la necesidad de torturar. Análisis de una expresión ideológica. Em M. Montero (Coord.), *Acción y discurso. Problemas de Psicología Política en América Latina* (pp. 275-298). Venezuela: EDUVEN.
- Montero, M. (1994a). Vidas Paralelas: Psicología Comunitaria en Latinoamérica y en Estados Unidos. Em M. Montero (Coord.), *Psicología Social Comunitaria. Teoría, método y experiencia* (pp. 19-46). México: Univ. Guadalajara.
- Montero, M. (1994b). Procesos de influencia social consciente e inconsciente en el trabajo psicosocial comunitario: La dialéctica entre mayorías y minorías activas. Em M. Montero (Coord.), *Psicología Social Comunitária. Teoría, método y experiencia* (pp. 239-258). México: Univ. Guadalajara.
- Montero, M. (1994c). Un paradigma para la Psicología Social. Reflexiones desde el quehacer en América Latina. Em M.

- Montero (Coord.), *Construcción y crítica de la Psicología Social* (pp. 27-47). Barcelona: ANTHROPOS.
- Montero, M. (1995). Modos alternativos de acción política. Em O. D'Adamo, V.G. Beaudoux, & M. Montero (Comps.), *Psicología de la acción política* (pp. 91-110). Buenos Aires: Paidós.
- Passetti, E. (1994). Os novos miseráveis. *São Paulo em Perspectiva*, 8, 48-55.
- Pelissari, M. A. (1996). *A condição cidadã*. Piracicaba: Ed. UNIMEP.
- Sader, E. (1987). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez Editora.
- Sarriera, J. C., Chies, A., Falck, D., Giacomoli, A., & Silva, A. (1994). Escolha profissional e processo de inserção sócio-laboral: Dificuldades e alternativas. *PSICO*, 25, pp. 157-168.
- Sarriera, J. C., Schwarcz, C., & Câmara, S. G. (1996). Bem-estar psicológico: Análise fatorial da escala de Goldberg (GHQ-12) numa amostra de jovens. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 293-306.
- Sawaia, B. B. (1990). Morar em favela. A arte de viver como gente em condições negadoras da humanidade. *São Paulo em Perspectiva*, 4, 46-50.
- Wiesenfeld, E., & Sánchez, E. (1995). *Psicología Social Comunitaria. Contribuciones latinoamericanas*. Caracas: Tropykos.

